

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANTONIO ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MARANHÃO – LUTA, CONQUISTAS E
DIGNIDADE

CURITIBA

2019

ANTONIO ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MARANHÃO – LUTA, CONQUISTAS E
DIGNIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências
Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Estefânia Maria de Queiroz
Barboza

CURITIBA

2019

TERMO DE APROVAÇÃO

ANTONIO ANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MARANHÃO – LUTA, CONQUISTAS E DIGNIDADE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Direito.

Prof.^a Dr^a. Estefânia Maria de Queiroz Barboza
Orientadora – Departamento de Direito Público - UFPR

Prof. Dr. Paulo Ricardo Opuszka
Departamento de Direito Privado - UFPR

Prof. Dr. José Arthur Cartillo de Macedo
Instituto Federal do Paraná

Curitiba, 07 de outubro de 2019.

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MARANHÃO – LUTA, CONQUISTAS E DIGNIDADE

Antonio Anderson Ribeiro dos Santos

RESUMO

A finalidade do presente trabalho é demonstrar a importância da luta das quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão, onde através das associações, sindicatos e da união na luta pela preservação da palmeira “mãe”, conseguiram a aprovação de Leis no legislativo local e estadual. Interrompendo assim o desmatamento predatório da mata nativa e garantiram desse modo, mesmo que minimamente, o sustento das suas famílias e o reconhecimento de seu trabalho. Mas não apenas isso, hoje as quebradeiras de coco Babaçu são reconhecidas nacional e internacionalmente, suas representantes viajam mundo a fora divulgando seu modo próprio de extrativismo e também recebem vários estudantes de várias partes do mundo, das mais diversas áreas de pesquisa, como antropologia e cinema.

Palavras-chave: Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão. Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Lei do Babaçu Livre.

ABSTRACT

The purpose of this work is to demonstrate the importance of the fight of babaçu coconut breakers in the state of Maranhão, where through associations, syndicate and union in the fight for the preservation of the "mother" palm tree, they obtained the approval of Laws in the local and state legislature. In this way, they interrupted the predatory deforestation of the native forest and thus guaranteed, even minimally, the support of their families and the recognition of their work. But not only that, today Babaçu coconut breakers are nationally and internationally recognized, their representatives travel around the world spreading their own way of extractivism and also receive several students from various parts of the world, from various areas of research such as anthropology and movie theater.

Key words: Coconut Babaçu Breakers of Maranhão. Interstate Movement of Coconut Babaçu Breakers. Free Babaçu Law.

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

MIQCB	- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
EIQCB	- Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
ASSEMA	- Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão
COOPAESP	- Cooperativa de Pequenos produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis
COOPPALJ	- Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO	7
2AS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU	8
3OS CONFLITOS SOBRE A OCUPAÇÃO E USO DA TERRA E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA	10
3.1A LEI DE TERRAS DO GOVERNO SARNEY	10
3.2A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU	11
3.3MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU - MIQCB	19
4MECANISMOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO AS QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU – CONVENÇÃO 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS.	19
4.1AS LEIS DO BABAÇU LIVRE	21
4.2CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ARTIGO 216	25
5CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS.....	29

2 INTRODUÇÃO

A luta de classe sempre foi a base nos enfrentamentos dos Movimentos Sociais contra o sistema vigente, o capitalismo. Desse modo também ficou evidente nessa pesquisa que as quebradeiras de coco Babaçu do Maranhão não ficaram de fora dessa contenda, esse trabalho demonstrará como foi difícil a luta dessas personagens tão marcantes. Os nomes simples, as palavras simples e uma vida inteira dedicada ao enfrentamento e sem auxílio externo na batalha diária pelo seu sustento e pelo reconhecimento como classe trabalhadora.

A escolha do tema, quebradeiras de coco Babaçu, para esse trabalho de conclusão de curso se deu pela vivência em comunidade e pela memória afetiva, pois minha mãe foi uma dessas mulheres em grande parte de sua vida adulta e por toda sua infância e juventude. Assim, como sou o único filho de quebradeira de coco a ingressar na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, me senti no dever de inserir a história dessas trabalhadoras nos anais da academia. Mas não apenas com a finalidade de propagar as suas histórias, mas também chamar a atenção de todos que entrarem em contato com esse trabalho, aos martírios vividos por essas pessoas nos rincões esquecidos do nosso País.

Assim, o presente trabalho está dividido em três partes: A primeira parte é concentrada em um breve histórico sobre as próprias quebradeiras de coco, suas dificuldades, origem, um relato sobre suas vidas enquanto mulheres de comunidade, remanescentes de quilombolas e indígenas em sua maioria. A segunda parte aborda seus modos de organização, como associações, clube de mães, chegando até o Movimento interestadual que abrange Estados do Norte e Nordeste do Brasil. E na terceira e última parte, será demonstrado todo o aparato jurídico relacionado a proteção à palmeira do Babaçu e como essas conquistas tanto buscada por elas se tornaram Leis.

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi predominantemente a pesquisa bibliográfica, mas também utilizada uma conversa com representantes da comunidade de Ludovico, localizada no município de Lago do Junco - MA. Sobre as especificidades locais da comercialização do coco Babaçu.

3 AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

O Estado do Maranhão é o lugar onde se encontram as maiores concentrações da palmeira de coco Babaçu. O nome “babaçu” vem da palavra indígena “wawasu”, que significa “fruta grande”, essa palmeira também é encontrada em grande quantidade no Estado do Piauí, além de ser vista no Ceará, Pará, Tocantins, Goiás e até em Minas Gerais. Não há registro de quando foi quebrado o primeiro coco, sequer, se aconteceu no Estado, mas sabe-se que é lá onde se concentra o maior número de quebradeiras de coco e onde se mostra a maior organização dessa coletividade em prol da luta pelo direito de exercer essa atividade, além disso, sabe-se que a práxis é passada de geração em geração há muito tempo. Essa ocupação constitui um modo de vida para aquelas que trabalham com a extração e coleta do coco, para as mulheres que fizeram dessa tarefa sua fonte primária de sustento, a palmeira é chamada de “mãe” (GLOBO RURAL, 2019).

A coleta do coco é feita de maneira totalmente sustentável, sem a derrubada ou qualquer outra forma de agressão à palmeira, prática essa levada muito a sério por elas, que inclusive denunciam aqueles que invertem nessa lógica, que em sua maioria é praticada por fazendeiros locais, que, para realizar o plantio de suas pastagens, serram, queimam e até envenenam os babaçuais, e não fazem isso apenas com as palmeiras que já deram frutos, o fazem também com a pindova (nome dado a palmeira em fase de crescimento). O que acarreta perda total dos frutos de agora das futuras fontes de sustento (MIQCB, 2019).

As quebradeiras de coco babaçu geralmente não têm outra fonte de renda, pois o trabalho é árduo e leva um dia inteiro para ser realizado, normalmente elas juntam o coco em três dias na semana, em outros três fazem a extração da amêndoa, a quebra propriamente dita. Em sua maioria absoluta são trabalhadoras com baixa ou nenhuma escolaridade, o que limita muito a sua contratação para um emprego dito formal. As mulheres quebradeiras de coco que vivem do babaçu exclusivamente, coletam nos babaçuais, em áreas públicas e privadas livremente (na verdade, não tão livremente, conforme será destacado na sequência do trabalho), quebram e depois dão variados destinos às amêndoas. Algumas vendem por quilo, outras produzem azeite, carvão, sabão, leite para tempero de alimento e em algumas regiões as quebradeiras produzem o mesocarpo, espécie de farinha que serve para alimento,

inclusive enriquece a merenda escolar, e ainda pode ser muito bem aproveitado como matéria prima para o artesanato (SHIRAISHI NETO, 2017).

A quebradeira de coco trabalha até os 55 anos ou mais, dependendo da saúde física. Trabalham em torno de 6 horas por dia na coleta e quebra do coco (isso não inclui afazeres domésticos), acordando geralmente às cinco horas da manhã para dar conta de toda essa rotina. Sobre a remuneração, geralmente a quebradeira de coco babaçu ganha por produção, até outubro de 2018, por exemplo, o valor por quilo de coco é de R\$2,40, e a média mensal varia de acordo com a produção e a oscilação do preço no mercado. A produção varia de 03 a 08 quilogramas por dia.¹

O trabalho é desenvolvido quase que exclusivamente por mulheres, raríssimas vezes os maridos auxiliam e as crianças sempre estão com as mães.

As crianças não estão fora desse ciclo, sempre acompanham as mães em sua jornada, pois creches são raríssimas nessas comunidades. Daí nasce a futura quebradeira, não por opção, mas por necessidade.

Um estudo da OIT em parceria com Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis, Maranhão (Coopaesp), Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão (Assema) e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Culminou na elaboração de um “mapa de riscos” na cadeia produtiva do coco babaçu e no compromisso da retirada dos jovens no trabalho com o mesocarpo (segunda camada de coco babaçu usada na indústria cosmética e alimentícia (CASTRO, 2012).

O trabalho de crianças e jovens é um tema que gerou bastante conflito, pois a concepção de trabalho infantil não é vista pelas comunidades como violência contra as crianças (neste caso), tese essa rebatida pela OIT. Existe a necessidade de levar as crianças para a coleta do Babaçu por falta de investimento público principalmente na educação. Faltam creches e as escolas para os filhos mais velhos são bastante precárias, o que desestimula a ida das crianças ao colégio.

¹ Informação obtida na entrevista com as quebradeiras de coco Maria Alaíde Alves de Sousa (primeira presidenta da Cooperativa das Quebradeiras de Coco Babaçu do Médio Mearim), Maria Pereira de Mesquita (quebradeira de coco babaçu), Eusébia Alves da Silva (quebradeira de coco babaçu) e Ildo Lopes de Sousa, presidente da COOPPALJ (cooperativa de pequenos produtores agroextrativista de Iago do Junco e Iago dos Rodrigues. Em julho de 2018).

4 OS CONFLITOS SOBRE A OCUPAÇÃO E USO DA TERRA E A ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Autodeclaradas como Povos Tradicionais, as quebradeiras tentam agregar mais força à sua luta por direitos se unindo a trabalhadores rurais e seus sindicatos, tentando assim um equilíbrio de forças na luta contra os ricos e poderosos latifundiários da Região, que por várias vezes as ameaçam, inclusive de morte.

4.1 A LEI DE TERRAS DO GOVERNO SARNEY

Houve muito conflito e ainda há, pelo direito de acesso aos babaçuais, a chamada Lei Sarney de Terras - Lei nº 2.979, de julho de 1969, foi um retrocesso para as pretensões das quebradeiras de coco, que historicamente ocupavam aquelas terras, pois foi essa lei a culpada pela ocupação de terras devolutas por agropecuaristas e empresas agropecuárias.

Nesse sentido, é bom ressaltar o que a Constituição Federal estabelece sobre terras devolutas:

A Constituição no seu art. 20, II inclui entre os bens pertencentes à União "as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental". As demais terras devolutas pertencem aos Estados. No tocante à questão fundiária, pelo art. 188, a destinação de terras devolutas deve ser compatível com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária. E, pelo viés ambiental, o art. 225, §5º determina que as terras devolutas necessárias à proteção dos ecossistemas naturais (assim como as arrecadadas pelos Estados por ações discriminatórias) são indisponíveis. (O ECO, 2019).

Isso quer dizer que essas terras jamais deveriam ser “entregues” a nenhum particular, pois sua função não é a de gerar lucro individual, mas, desenvolvimento comum.

A antiga “Lei de terras do Maranhão”, Lei 1.807. Em seu Artigo 20 dizia: "Para a venda de terras devolutas, por deliberação do governo, tendo em vista a planificação da Secretaria de Agricultura, é exigida concorrência pública, com ampla publicidade". A lei de Sarney a modificou com a seguinte redação: "As terras do estado que não tiverem destinação especial poderão ser alienadas ou concedidas em caráter oneroso mediante requerimento do interessado ou oferecimento em concorrência ou hasta pública". Em 1979 uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Fundiário, instalada pelo PMDB e pela Arena, em pleno regime militar, para analisar os enormes conflitos de terras que já existiam no país. O relatório final da CPI conclui que a primeira política

agrária do Maranhão foi bem-intencionada. Esse mesmo relatório descobriu que não havia dados que comprovassem a ocorrência de terras oferecidas em hasta pública, embora existissem milhares de títulos entregues a "interessados", geralmente pessoas ligadas ao poder. "O que se constata, conforme documentação encaminhada a esta CPI, é a transferência ou venda de mais de 5 mil títulos de propriedade, num total que excede a 600 mil hectares, obedecendo à sistemática da discriminação administrativa prevista no mencionado dispositivo legal". A política de terras criada por Sarney foi revogada quase 12 anos depois pelo governador Luís Rocha, voltando a exigência de ampla publicidade. "Aí já era tarde", afirma Freitas Diniz. "Todas as terras boas do Maranhão já estavam em poder dos interessados". (JORNAL DO BRASIL, 1993, p. 5).

Freitas Diniz é ex-deputado e um dos maiores críticos de José Sarney no Maranhão.

4.2 A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

Da palmeira do babaçu vem a fonte de renda e complemento na alimentação de diversas comunidades. Tudo se aproveita: frutos, estipe, raízes e folhas. A extração é uma atividade realizada predominantemente por mulheres, que adotaram a prática como identidade e profissão. Raramente, contam com a ajuda dos homens para a coleta dos frutos, bem diferente das crianças e adolescentes, que auxiliam na quebra do coco para retirada da amêndoa².

As amêndoas são utilizadas como meio de subsistência da própria família ao serem transformadas em leite e em matéria prima para produção de sabão e seus derivados, como o óleo e a castanha, comuns na culinária local e na produção de cosméticos. Além disso, do mesocarpo, camada intermediária do coco, pode ser obtida farinha. Os produtos são comercializados para obtenção de recursos que permitam a aquisição de artigos de primeira necessidade. Apesar da relevância desses derivados, apenas a produção comercializada do fruto in natura é reconhecida pelas estatísticas oficiais da extração vegetal (IBGE, 2016).

A importância da atividade extrativista como economia de subsistência levou à organização das mulheres quebradeiras de coco em movimentos sociais que davam

² As quebradeiras de coco são mães, extrativistas, donas de casa, esposas e trabalhadoras rurais que sempre se posicionaram contra qualquer espécie de exploração infantil. O fato de crianças acompanharem as mães na quebra do coco durante o trabalho na roça constitui atividade familiar, de modo que não representa trabalho infantil, mas sim uma atividade cultural. (PORTELA, NORONHA, PERPÉTUO, ARAÚJO, SANTOS, 2016, p. 5615).

maior visibilidade às reivindicações do grupo, diante da possibilidade de acesso desses coletivos a lugares políticos antes não visitados, como instrumento de proteção e garantia de direitos.

A formação do movimento das quebradeiras de coco babaçu e, em geral, dos trabalhadores agroextrativistas do Estado do Maranhão, tem como ponto de partida os conflitos pelo acesso à terra.

Após a expansão territorial do babaçu na região do Médio Mearim a partir de capoeiras de roças abandonadas, forma antiquada de produção agrícola que incluía o abandono das áreas mais antigas de lavoura, os latifundiários passaram a se estabelecer com interesse na pecuarização da área, face à disponibilidade de recursos públicos para projetos agropecuários de médio e grande porte a partir da década de 70.

Os trabalhadores agroextrativistas já não conseguiam fazer o rodízio de terras em tempo hábil para que elas recuperassem seu vigor. Além disso, as áreas disponíveis foram restringidas em razão do aumento da densidade demográfica, implicando em terras com menor produtividade a cada ano.

Nesse momento, os extrativistas concordaram com as decisões tomadas pelos latifundiários em suas propriedades que, acreditavam, haviam sido obtidas pelo trabalho árduo e “inteligência para os negócios”. A educação que lhes foi transmitida pelos pais reconhecia o direito de posse dos grileiros, a quem dispensavam consideração e respeito pelo fato de permitir a moradia nessas áreas e o cultivo das terras, mediante pagamento de renda (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 95-97).

Contudo, nada houve de nobre na aquisição dessas terras no Estado do Maranhão. A Lei nº 2979, de 15 de junho de 1969, implantou o princípio da Lei de Terras que impôs a compra e venda como única via para a aquisição da propriedade rural. A partir de então, o Estado apresentou inúmeros casos de invasão de terras camponesas, grilagens e violência rural, levando a uma das maiores grilagens de terras do Brasil numa área de aproximadamente 1,5 milhão de hectares, conhecida como grilagem da Fazenda Pindaré e intitulada pelos movimentos sociais do Maranhão de “a maior grilagem do mundo” (AMARAL NETO, 2017)

As invasões contavam com pessoas físicas e jurídicas, do setor privado e público, em estrutura com conexões em São Luís, Imperatriz e Goiânia. O trabalhador rural maranhense foi obrigado a trabalhar como peão nos empreendimentos

agropecuários e buscar outros meios de sobrevivência, subjugado às limitações jurídicas e políticas de acesso à terra.

As palmeiras de babaçu não concorriam por nutrientes com os produtos da lavoura. Sua produtividade dependia da densidade das palmeiras por hectare, exclusivamente, podendo ser mantidas em meio ao pasto.

O cultivo do coco, portanto, não atenta contra a propriedade, contra o Estado de Direito ou contra o trabalho. Representava a permanência das alternativas de exploração da natureza pelos agricultores, com a possibilidade de coexistência do babaçu em meio à pastagem. Um produto que poderia garantir as condições mais elementares de subsistência de seus exploradores, sem comprometer o direito de posse ou propriedade legal sobre as terras.

Ocorre que os autointitulados proprietários – grileiros e fazendeiros – não concordavam com a coexistência dessas culturas. Tencionava plantar capim (pasto) nas áreas de lavoura e devastar as palmeiras para ampliar a área de pecuária. Quanto mais as famílias e em especial as mulheres, que assumiram o ofício realizado junto aos babaçuais como identidade e profissão, lutavam pelo coco, mais os latifundiários restringiam o acesso às palmeiras, aumentando a pressão sobre as comunidades que se viam cada vez mais coagidas.

A negação do direito à dignidade das famílias, fundada pelo acesso às condições de subsistência e de moradia, ocasionaram a ruptura do padrão histórico de submissão aos latifundiários (XXIX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA NACIONAL, 2017, p.02).

As quebradeiras passaram a coletar o coco sem a autorização das fazendas. Sofriam violência que incluía ameaça, humilhação, espancamentos, confisco da produção e força policial. De depoimentos prestados no Primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, colhem-se as seguintes denúncias:

“Elas estão sempre sendo impedidas e às vezes expulsas violentamente pela jagunçada do fazendeiro. O fazendeiro não só proíbe as quebradeiras de tirarem o coco, alegando que ele é o dono das terras (muito embora essas quebradeiras e seus antepassados tenham nascido e se criado nessas terras), o fazendeiro também manda derrubar as palmeiras indiscriminadamente”. (MIQCB, 1991: 15)

“Quando ameacei de enfrentar os homens (os vaqueiros), me fizeram jogar as amêndoas para cima, montar num talo e sair galopando pela solta, debaixo de risos e tiro. De medo de taca, as outras (quebradeiras) pegaram seus

machados e fugiram correndo, deixando as amêndoas”. (D. Raimunda do Chico Oliveira, 1990: 09)

O enrijecimento do trato fez com que as quebradeiras recorressem a estratégias para evitar a violências dos jagunços, que iam desde a coleta do coco às escondidas até a quebra em locais onde ainda era permitida a atividade sob elevada exigência, para venda ao fim da madrugada a algum comerciante local.

As quebradeiras também relatam a adição de água, chuva, urina e cascas de coco para elevar o peso do produto na hora da venda ao atravessador, o qual repassava a produção ao industrial, que suportava níveis cada vez maiores de impurezas na matéria-prima.³

A devastação dos babaquais foi intensificada, cerceando o acesso aos recursos extrativos a centenas de famílias que dependiam do coco para sua subsistência. Essa prática tinha por objetivo apropriar-se da produção agrícola das famílias dependentes da terra e impedir a obtenção de qualquer direito sobre a mesma, o que poderia ocorrer por força da Lei de Usucapião Especial vigente no início da década de 80 (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 102)

O conflito crescente e a violência cometida inclusive por quem deveria proteger os trabalhadores fez com que estes fossem indevidamente acusados de sacrifícios de animais, depredação de benfeitorias e furtos diversos, de modo a justificar prisões ilegais (ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, p. 138).

Abaixo, um relato da violência sofrida por uma quebradeira:

Aí, roubaram porco, roubaram o arroz, derrubavam as portas das casas... na casa do papai derrubaram a porta e quebraram uma cristaleira que era de guardar louça... é... os sacos de milho que estavam todos cheios perto da parede eles cortavam ao meio e abriam as portas que era para os bichos comerem... não sei se era uma estratégia pra eles pegarem os animais... Roubavam disco... Tudo! E isso com o apoio da polícia militar de Lima Campos. Primeiro porque o fazendeiro tinha grande apoio do prefeito municipal que na época era o José de Sousa. Ele tinha todo o apoio (Dona Dadá, 2005 – relato colhido durante a produção da dissertação de mestrado: AYRES JÚNIOR, 2007, p. 103)

O Povoado Monte Alegre, no Município de São Luiz Gonzaga, que possuía grande número de pessoas resgatadas do trabalho escravo constituídas em

³ Técnica usada para dar aumento de peso às castanhas do babaçu na venda ao atravessador, com o propósito de elevar um pouco mais os ganhos com a quebra do coco (AYRES JÚNIOR, 2007, P. 100).

quilombolas, assim como outros da região, foram inteiramente incendiados. Nem idosos nem crianças eram poupados de humilhações e violências.

Mas um dia nessa história ficou tristemente marcado. Os olhos estarecidos dos que estavam lá viram 97 casas da comunidade, que na época eram todas de palha, pegando fogo. Como quem marca um boi com ferro quente, aqueles homens marcaram centenas de corações que nunca puderam esquecer aquele 12 de novembro de 1979 (ISPN – 2018).

As conhecidas e próximas relações dos proprietários das terras com o poder do Estado são manifestadas pela publicidade dada aos atos de violência, como assassinatos cometidos à luz do dia em locais de maior circulação de pessoas, com objetivo de intimidação social dos envolvidos nos litígios e de repreensão aos que pretendessem aderir à luta (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 104).

Muitas vezes, as demonstrações públicas de violência eram cometidas com por policiais militares, que auxiliavam a ação dos jagunços dos latifundiários, sob a proteção de juízes e promotores de justiça.

A essas mulheres, munidas de seus cofos (cestos feitos de palha de babaçu para carregar os cocos) e machados, coube enfrentar jagunços, cercas, o machismo, e mesmo a pobreza e a negação do Estado em reconhecer seus direitos, ancestralmente adquiridos. (...) nos anos 1980 explodiram os conflitos de terras, disputas que ameaçavam os territórios tradicionais, ocupados por anos e anos pelos mesmos grupos, mas que não possuíam documentação reconhecida judicialmente. Grileiros e fazendeiros, de forma violenta, ameaçavam e expulsavam essas comunidades, cercavam a mata, afastavam as famílias do babaçual, renegavam a elas pequenos pedaços de terra, onde não era possível fazer roça e nem acessar o babaçu. (PASSOS, 2018)

A forma com que os funcionários públicos se colocaram na tentativa de expulsão dos agricultores elevou-se a tal nível que não era mais possível disfarçá-la em dispositivos legais que permitiam a reintegração de posse, por exemplo, de maneira que suas ações contribuíssem para que a própria lei recaísse sobre eles.

No Médio Mearim, instituições se manifestaram expondo sua presença e sua capacidade de ação, de mobilização e de abrangência em diferentes instâncias de poder nacional e internacional, como a Comissão Maranhense de Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Coordenadoria Ecumênica de Serviço e sindicatos rurais (AYRES JÚNIOR, 2007, p. 105).

No que se refere ao movimento das quebradeiras de coco babaçu, o primeiro ponto de organização se deu entre companheiras de atividade, mulheres que conviviam boa parte do dia coletando e quebrando cocos no babaçual ou nos quintais das casas.

Diante das restrições de acesso impostas pelos latifundiários, a primeira iniciativa foi combinar a coleta do coco sempre reunidas (“vamos juntas”), estratégia que surtia efeito minimizador da violência dos jagunços.

Dos vários pequenos grupos de mulheres surgiram também clubes de mães que buscavam não só a luta pelo coco, mas também outras alternativas de subsistência. Nesses espaços eram discutidas as ações e os caminhos seguidos por muitos maridos que, para elas, não estavam contribuindo para a melhoria das condições de vida da família, a exemplo daqueles contratados pelos latifundiários para derrubar palmeirais.

Com o passar do tempo, essas mulheres passaram a reforçar sua identidade coletiva, enquanto se reuniam para quebrar o coco, muitas vezes nos quintais das casas de algumas delas. O momento era compartilhado também pelas angústias que cada uma trazia, as violências do cotidiano do lar, as dificuldades no sustento da família e os desejos de uma vida menos dura pela frente. (Comissão Pastoral da Terra – Massacres no Campo. 2018. Reportagem de Cristiane Passos)

Neste ponto residiu o primeiro dos conflitos, que era mostrar aos maridos que eles estavam errados e que o pouco dinheiro recebido como pagamento pelo desmatamento era inferior ao que elas conseguiam obter com um dia de quebra de coco.

Também era preciso demonstrar que o desmate impediria uma futura e permanente alternativa de subsistência e que, acabados os babaçuais, ambos não teriam renda – nem eles pelo serviço prestado ao latifundiário, nem elas pela venda do coco.

Soma-se a essa difícil tarefa a limitação social a que estava submetida a mulher, que era subordinada ao marido, à casa e às tarefas domésticas. Essa situação levou algumas mulheres a desenvolverem sentimentos de baixa autoestima e elevada indignação, como se observa do seguinte relato:

“Eu cheguei a ter ódio de ser mulher. Abaixo de Deus os homens, dos homens os cachorros, dos cachorros as mulheres. Só que os homens não vivem sem

mulher. Os homens querem só passar a perna em cima dela, mas as mulheres precisam é de carinho (autoria não registrada, MIQCB, 1991)".

O papel da mulher na família equivalia ao de uma servente. Esposa e filhas deveriam zelar pelo marido, irmãos e filhos que trabalhavam na lavoura. Além disso, deveriam quebrar coco para contribuir com a despesa familiar.

"Eu, na verdade, achava que meu mundo era minha casa e o mato onde eu quebrava coco, e uma vez no ano ir dançar nas festas... Aí eu não via esse outro mundo lá fora... Mas tinha uma coisa que eu acho que era muito positivo, eu acho que a gente era mais feliz porque não tinha essa preocupação, sabe, da gente querer mudar uma coisa que está enraizada. Essa conjuntura maldita que nos atrapalha tanto. Na época a gente sofria os reflexos, mas achava que era normal... como não tinha conhecimento nenhum" (MIQCB, 2005).

Daí a importância da criação de um movimento voltado diretamente às quebradeiras de coco babaçu, que buscava alterar o entendimento em que essas mulheres tinham acerca delas mesmas e de sua atividade.

"Surge com essa especificidade de trabalhar a autoestima da mulher, pra gente ter o movimento a gente tinha uma dificuldade de se identificar enquanto quebradeira de coco, a gente achava que era trabalho que não era bem vindo, se envergonhava porque [tinha] uma grande discriminação[...] porque a maioria era analfabeta, e com isso criava um preconceito como trabalho, e a gente tinha dificuldade, e hoje, não" (MIQCB, 2004)

"Antes, quebrar coco não era uma coisa digna. As mulheres tinham vergonha, não consideravam uma profissão. Hoje, somos quebradeiras assumidas. Construímos nossa identidade. Aonde quer que uma de nós vá -São Luís, Brasília ou outra cidade - agora ela pode dizer com orgulho: "sou uma quebradeira de coco, tenho uma vida digna, uma profissão digna". (MIQCB, 2004)

É preciso lembrar que em sua maioria, essas mulheres consideravam-se inferiores por que eram pobres, lavradoras, quebradeiras de coco e analfabetas. Pessoas que se conformaram e embora se ressentissem das humilhações sofridas, consideravam que nada poderiam fazer, pelo menos até a ocasião dos conflitos, que se mostraram ambiente favorável para que os sentimentos reprimidos viessem à tona.

"Nós temos que lutar para que essa terra volte para nós, porque sem-terra e sem as palmeiras como vamos passar? [e] Lutar pela conquista e liberdade da terra e lutar também pela preservação das florestas, principalmente das palmeiras, que é nossa única fonte de subsistência [e] Tomar a terra na marra dos grandes latifúndios que roubaram de nossas mãos, porque Deus deixou a terra pra todos [e] nos organizar, pedir a terra como meio de produção, e

direito ao trabalho e moradia na terra [o que foi sintetizado nos principais problemas que enfrentam: doenças, violências, discriminações; enfrentam conflitos para poder conseguir o coco, desvalorização do produto (coco), falta de condições pra industrializar o produto para ter preferência no mercado; conflitos com dono da terra, arrendatário de meia, quando o preço está bom (no verão); doenças de mulher, fome, desânimo, vergonha de ser quebradeira, falta de transporte para levar o coco para quebrar em casa; exploração no preço e peso das mercadorias enfrentado com os atravessadores na compra do coco, da casca do coco e do carvão.” (EIQCB, 1991)

A participação das mulheres nos conflitos a partir de 1980 forneceu novos espaços de atuação e obtenção de direitos antes concedidos apenas aos homens. Nesse mesmo período, as quebradeiras ingressaram em movimentos sindicais, o que lhes oportunizou o contato com mulheres que exerciam o mesmo ofício em outros estados da federação, aumentando a consciência de coletividade.

A partir dessa união foi criado, no início da década de 90, o MIQCB – Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, oportunidade em que as mulheres se engajaram ativamente em defesa dos babaçuais e dos direitos que, então, reconheceram como seus. Nas palavras de Dona Maria Alaídes, na época Presidente do MIQCB:

“Nesse processo, a gente ganhou campo quando os homens sentiram também na pele a necessidade de lutar pela terra. Os homens foram nas fazendas e disseram que não iam mais passar debaixo do arame e que queriam terra para plantar”. (ASSEMA, 2004, p. 08)

A atuação masculina também foi importante para o êxito da organização. Primeiro, pela consonância de objetivos dentro das famílias, que se tornaram espaço de debate. Segundo, porque os homens eram os alvos principais dos pistoleiros e jagunços, estando sempre de sobreaviso para qualquer situação suspeita no povoado, através de escalas de vigília noturna.

Nesse contexto, passaram a acompanhar as mulheres pela mata em busca do babaçu, numa atitude de defesa contra os excessos e humilhações. A sintonia de objetivos no interior da família proporcionou avanços na divisão de tarefas e na aceitação das decisões tomadas nos grupos por todos os seus componentes (AYRES JÚNIOR, 2007. p. 111)

Apesar do fortalecimento das famílias e das comunidades como um todo, os enfrentamentos ainda são muitos. As ameaças contra os territórios permanecem constantes: a cada renovação de cerca pelos fazendeiros, alguns metros de áreas

são perdidos. Porém, não se pode deixar de reconhecer que a criação do movimento tirou as quebradeiras da invisibilidade na luta pelo livre acesso aos babaçuais, ponto central da atuação dessas mulheres.

4.3 MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU - MIQCB

O ano de 1995 é comemorado como o de fundação do MIQCB, que nasceu com o objetivo de dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelas quebradeiras de coco e buscar junto aos governos Federal, Estadual e Municipal, soluções para o desenvolvimento e proteção dos babaçuais, assim como para as próprias mulheres envolvidas.

Englobando extrativistas dos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, esse movimento fica cada vez mais forte, pois ele não luta apenas por melhores condições de trabalho e acesso a palmeira. Várias quebradeiras e seus filhos conseguiram através das lutas do MIQCB por exemplo, concluir o ensino superior e alcançar mandatos em cargos eletivos (PORTELA, NORONHA, PERPÉTUO, ARAÚJO, SANTOS, 2016, p. 5616).

Dona Maria Alaídes é um exemplo claro de que a organização gerou frutos, pois foi a partir do seu mandato como vereadora em Lago do Junco-MA, localizado a cerca de 350 km de São Luís, que foi sancionada a primeira Lei do Babaçu Livre em 1997.

Em 1991, as quebradeiras, com a ajuda de organizações não governamentais, articulam o primeiro Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, em São Luís, do qual resultou na criação da Articulação das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu. Em 1995, no II Encontro Interestadual, o nome é mudado para Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. Consequentemente foi possível a luta de proporções nacionais e depois o ganho das terras, a derrocada do machismo, e a ascensão dos direitos de agricultora, de mulher, e de cidadã na realidade dessas mulheres (MIQCB, 2019).

5 MECANISMOS JURÍDICOS DE PROTEÇÃO AS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU – CONVENÇÃO 169 DA OIT SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS

A Convenção 169 da OIT Sobre Povos Indígenas e Tribais logo em seu primeiro artigo diz:

Artigo 1º

Nº 1. A presente convenção aplica-se:

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial (OIT, 1989).

Isso mostra que não apenas a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Maranhão e as próprias Leis do Babaçu Livre protegem essas trabalhadoras, mas existe também todo um aparato jurídico internacional preocupado em dar continuidade a esse método extrativista peculiar das quebradeiras de coco babaçu. A fundamentação que serviu para incorporar a Convenção 169 da OIT ao ordenamento jurídico brasileiro deixa isso mais claro ainda ao dizer:

“(...) Reconhecendo as aspirações desses povos a assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram”.

A Convenção 169/OIT traz muitos outros destaques, como a participação da comunidade na formulação e aplicação de programas de desenvolvimento que possam atingi-los diretamente. Algo que raramente ocorre, pois, políticas voltadas ao desenvolvimento das quebradeiras de coco praticamente não existem, o que acontece ali é a luta de classe propriamente dita, onde apenas o latifundiário é assistido pelo poder público. E as conquistas dessas mulheres se dá no embate, com essas forças. O máximo que as quebradeiras de coco conseguiram com o auxílio das prefeituras locais foi um crédito chamado quite quebradeira, que consistia em: acessar através do Banco do Nordeste um financiamento para compra de um animal (jumento), um jacá (cesto trançado de bambu ou cipó, usados no transporte de cargas, sobretudo preso ao lombo de animais) e a cangalha (armação que se coloca no dorso das bestas para sustentar a carga dos dois lados) para auxiliar a quebradeira na coleta do coco babaçu.

As comunidades de quebradeiras de coco, são formadas por descendentes de quilombolas, indígenas e posseiros a muito tempo instalados nessas localidades. Todos passaram suas vidas extraindo sua subsistência de roças, pequenos rebanhos

e da venda do coco, isso por muito tempo antes das Leis de Terras de Sarney e dos primeiros grileiros chegarem à região. E que hoje proíbem que as famílias originárias do local adentrem suas fazendas. O que vai de total encontro ao artigo 14, nº 1 da Convenção 169/OIT, que é taxativo ao dizer:

Artigo 14

Nº1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes. (OIT, 1989)

Se a doutrina e a jurisprudência brasileira aceitam a tese de que os tratados internacionais e as leis federais possuem a mesma hierarquia, desse modo, os tratados internacionais são incorporados a ordem jurídica nacional como norma infraconstitucional. A pergunta que fica é: como ainda pode haver tanto desrespeito aos direitos dessas pessoas?

5.1 AS LEIS DO BABAÇU LIVRE

Os movimentos sociais e suas novas formas de mobilização, luta e solidariedade apresentam-se como instrumentos de interlocução com o poder político, que viabiliza uma negociação de forma a regulamentar meios de uso comum dos recursos naturais e delimitações de territorialidades, com o reconhecimento jurídico-formal dessas entidades pelo Estado. Busca-se dos poderes executivo, legislativo e judiciário a aplicação de critérios de competência e saber adequados, de modo a incorporar fatores étnicos e diversidade cultural no desenvolvimento da coletividade.

Os conflitos a que estão submetidas as quebradeiras de coco não se limitam ao acesso físico aos babaçuais e ao direito de usufruir livremente do recurso natural implementado pela palmeira babaçu como meio de lhes garantir a subsistência. Os conflitos perpassam questões de gênero e classe, educação, qualidade de vida e proteção à dignidade prevista na Constituição Federal.

A formação de um grupo social portador de identidade coletiva e étnica, organizado no Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB, visa

garantir e reivindicar direitos que foram negados sistematicamente pelo Estado, que sempre impôs políticas governamentais pensadas de forma universal, desprezando as diferenças sociais apresentadas pelo coletivo.

Como esclarece Joaquim Shiraishi Neto “...as tentativas de adequar as situações vivenciadas aos modelos jurídicos pré-existentes são totalmente incompatíveis. Isto, principalmente quando se referem àqueles direitos que disciplinam as formas de ocupação e uso da terra e dos recursos naturais, levando a um questionamento acerca dos padrões jurídicos tradicionais. Este movimento de adequação das experiências vividas ao direito explicita os antagonismos existentes entre as noções de indivíduo *versus* povo ou grupo social; e propriedade privada *versus* território (SHIRAISHI NETO, 2006, p. 15).

Neste diapasão, submerge a necessidade de repensar os modelos jurídicos de modo a garantir a existência do Movimento enquanto coletivo, respeitando-lhe as diferenças mediante políticas públicas que não só lhes reconheça a existência, mas que possam suprir as demandas vivenciadas pelo grupo, dentro de suas necessidades específicas.

As quebradeiras de coco babaçu apresentam demandas muito peculiares, decorrentes da sua forma de organização e da relação mantida com a terra e com os recursos naturais. Das palmeiras são retirados todo o seu sustento; trata-se de um recurso vital cuja importância é materializada pela principal reivindicação do Movimento, que é o “babaçu livre”.

Por babaçu livre entende-se o direito ao livre acesso e ao uso comum das palmeiras, estejam elas sobre o domínio público ou privado, revelando prática social realizada de forma comum a todas as famílias. Nesse contexto, não há um proprietário dessa ou daquela árvore e seu uso está condicionado à capacidade de trabalho e à necessidade de cada família frente ao recurso.

Inicialmente, as regras de acesso aos babaçuais podiam ser entendidas como consuetudinárias, pois não estavam expressas em forma de texto, mas sim de costumes, respeitados pelas famílias para permitir a realização conjunta da atividade extrativista.

Em 18 de junho de 1986, o Estado do Maranhão promulgou a Lei nº 4734, proibindo a derrubada de palmeira de babaçu. Contudo, os incisos que seguem o *caput* do artigo primeiro elencam uma série de exceções à regra, as quais obedecem à

lógica do interesse social e garantem a manutenção de parte de vegetação. Certamente, ao estabelecer exceções o legislador procurou vislumbrar o interesse de outros grupos, inclusive os econômicos, buscando não inviabilizar a utilização das propriedades, desde que racionalmente utilizadas (AGOSTINHO, 2010. P. 305-312)

Com o advento do desenvolvimento urbano e diante da possibilidade de desmatamento abarcado pelas exceções legislativas, a atividade extrativista passou a sofrer constante ameaça. Naquele momento, foram manejadas restrições de acesso, coleta e quebra do coco, impondo nova forma de expropriação de matéria-prima, chamadas pelas quebradeiras de “sujeição”:

Uma outra forma de expropriação, que elas chamam de “sujeição”, é a venda ou a troca exclusiva de toda a produção por mercadorias ou produtos industrializados de consumo básico, com o dono da terra. Quando as quebradeiras de coco se recusam a esse tipo de subordinação, são proibidas de utilizar o babaçual ou acusadas formalmente de furto de coco babaçu, como registramos no município de Esperantina, no Estado do Piauí. Mediante as políticas que têm incentivado os empreendimentos voltados para a atividade agropecuária, a monocultura da soja, do eucalipto, da cana-de-açúcar, da mamona e da mineração na região. Intensificaram o processo de devastação e a exploração do trabalho devido à escassez dos recursos, especialmente, das palmeiras de babaçu. Essa mudança brusca levou as quebradeiras de coco a se submeterem a estas “novas relações de sujeição”, que além de lhe retirarem as amêndoas, retiram também as cascas do babaçu, utilizadas nas usinas de ferro-gusa (SHIRAIISHI NETO, 2006, p. 20-21).

O trabalho desenvolvido pelas quebradeiras de coco a partir desse cenário priorizou manter as formas tradicionais de ocupação e uso e garantir a continuidade da atividade extrativista, com a manutenção dos recursos naturais. Entraram em discussão a desapropriação para fins de reforma agrária e instrumentos como reserva extrativista, servidão administrativa e, por fim, o reconhecimento do direito ao “babaçu livre”, resultando na elaboração do Projeto de Lei nº 1.428/1996, apresentado à Câmara de Deputados do Estado do Maranhão.

Com o advento de sucessivas legislaturas sem a aprovação do projeto, e já em pleno exercício o Movimento organizado pelas quebradeiras do coco babaçu, estas optaram por concentrar seus esforços a elaboração de leis que atendessem a sua reivindicação no âmbito municipal.

Para fortalecer a apresentação de projetos e facilitar a aprovação de leis municipais, o MIQCB passou a apoiar integrantes do grupo com o fim de alçá-las à carreira política através da obtenção de cargo eletivo junto à Câmara de Vereadores, “muitas

delas se candidataram às eleições municipais a fim de ampliar e fortalecer seu espaço de decisão. No âmbito do MIQCB, em 2004, foram eleitas três vereadoras”. (SHIRASHI NETO, 2006, p. 23-24)

Lago do Junco, região central do Maranhão onde se encontra a área mais abundante de palmeiras, foi o primeiro município do Estado a promulgar uma lei do babaçu livre, no ano de 1997.

De lá pra cá, outras cidades editaram leis municipais com base no livre acesso aos babaçuais. As leis municipais estão assim distribuídas nas legislações locais do Maranhão: Lei n. 05/97 e Lei n. 01/2002 de Lago do Junco, Lei n. 32/99 de Lago dos Rodrigues, Lei n. 255/99 de Esperantinópolis, Lei n. 319/2001 de São Luiz Gonzaga, Lei n. 1.084/2003 de Imperatriz, Lei n. 466/2003 de Lima Campos, Lei n. 52/2005 de São José dos Basílios, Lei n. 122/2005 de Cidelândia, Lei n. 1.137/2005 de Pedreiras. Há projeto de lei em tramitação no município maranhense de Capinzal do Norte (CORDEIRO, 2008. p. 94).

Todos os projetos de lei foram elaborados pelas próprias quebradeiras de coco de cada região. Os argumentos a favor da aprovação encontram apoio em suas experiências cotidianas que lhes remete a um direito fundamental, que é a manutenção física e social das comunidades que tem no coco babaçu a sua fonte de subsistência. Além disso, muitas regiões encontram-se em situações de flagrante desemprego e aviltamento do valor dos produtos agrícolas e extrativos, favorecendo, também sob esse aspecto, a aprovação dos projetos que garantam às quebradeiras a ampliação das áreas de livre acesso aos babaçuais.

No caso, importa afirmar se tratar de um mínimo necessário para que essas mulheres possam ter assegurada a sua reprodução. Sublinhe-se que o nosso ordenamento jurídico é repleto de situações legais de reconhecimento um “estatuto patrimonial mínimo” aos indivíduos, tal como dispõe o inciso XXVI do art. 5 da CF de 1988. Portanto, o direito ao livre acesso e uso comum das palmeiras de babaçu é um direito garantidos da própria existência. (SHIRASHI NETO, 2006, p. 27)

A aprovação de leis do babaçu livre tem em si o reconhecimento das diferenças sociais, econômicas e culturais, enquanto valores fundamentais. Trata-se de recuperar o princípio expresso no preâmbulo da Constituição Federal que reconhece o Brasil como um Estado pluralista e sem preconceitos, fundado na harmonia social.

O direito das quebradeiras de coco em viver as diferenças implica na reformulação de saberes jurídicos, que envolvem variadas formas de manejo das relações

humanas com os recursos naturais. Em qualquer hipótese, há que se reconhecer a identidade coletiva formada pelas quebradeiras e a necessidade de impor práticas jurídicas que lhes garanta o livre acesso aos recursos naturais de modo a lhe garantir a própria sobrevivência.

As Leis do Babaçu Livre consistem basicamente em dar acesso aos babaçuais e proíbem a derrubada das palmeiras assim como seu envenenamento, promove sanções e tenta garantir o mínimo de proteção a mata nativa.

No entanto, não é o que acontece na prática. Uma reportagem especial do programa Globo Rural de janeiro de 2019 mostrou como ainda é precária e perigosa a vida das quebradeiras de coco babaçu no território maranhense. O conteúdo jornalístico, mostrou que até mesmo agentes públicos proprietários de terras desconhecem as leis ou simplesmente a ignoram. Como foi o caso de um policial civil que usava pesticidas para matar as pindovas. Em outro caso, uma fazendeira além de proibir o acesso ao babaçual ainda eletrificou suas cercas, fato esse que gerou inclusive mortes de crianças por eletrocussão. Apenas 15 dos 217 municípios do Maranhão tem leis do babaçu livre sancionadas, assim, os proprietários de terra impedem que quebradeiras alcancem palmeiras e destroem plantas.

5.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: ARTIGO 216

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, os bens materiais e culturais dos chamados “povos tradicionais” passaram a ser tutelados pelo Estado. A proteção ao patrimônio cultural encontra previsão expressa no art. 216, que dispõe em seu *caput*:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (...)

A proteção conferida pelo texto constitucional levou à maior evidência as necessidades e reivindicações de povos e comunidades tradicionais. Práticas sociais passadas de geração em geração deixaram de ser classificadas como relação de trabalho e passaram a integrar o direito cultural da nação.

As comunidades extratoras de coco babaçu encontram-se entre os povos cujas lutas têm contribuído para a construção dessas populações tradicionais⁴. A atividade realizada pelas quebradeiras mostra-se diferenciada sob o aspecto cultural e histórico, por apresentar consciência ambiental que pressupõe a proteção do meio ambiente como requisito para a tutela do bem principal – a cultura, a atividade em si. Além dessa sensibilidade especial para as questões ambientais, o movimento é caracterizado por intensas lutas por processos de territorialização e práticas de uso comum da terra.

A compreensão de que a palmeira de babaçu é tão ou mais importante que a terra em si mesma, coaduna-se com uma “prática social” relativa ao uso do recurso que se realiza de forma comum a todas as famílias. Não há um proprietário dessa ou daquela árvore; as palmeiras são utilizadas indistintamente de forma comum. Aliás, o seu uso está relacionado à capacidade de trabalho e à necessidade de cada família frente ao recurso. No caso, o direito é derivado das “práticas sociais” e por isso a regra mais importante é aquela que diz respeito à garantia do recurso para a reprodução física e social das quebradeiras de coco e de suas famílias (SHIRAIISHI NETO, 2006, P. 18)

O artigo 216, inciso II, define cultura como a forma de “criar”, “fazer” e “viver” dos povos e comunidades tradicionais. A atividade desenvolvida pelas quebradeiras de coco babaçu envolve trabalho coletivo, cooperação, solidariedade, união e consciência social. Daí a importância de se tutelar essa prática, necessária à subsistência das unidades familiares locais.

No entanto, por uma questão de especialização do bem jurídico tutelado, verifica-se que somente proteger os babaçuais deixaria de lado a determinação constitucional de proteção daquele conhecimento tradicional. Assim, torna-se necessário que esse conhecimento seja tutelado em todos os seus aspectos, dentro dos quais se inclui, de maneira reflexa, a questão ambiental de proteção de determinado tipo de flora. É o que assegura e determina a Constituição Federal, em seu artigo 24, incisos VI e VII e parágrafos ao atribuir competência concorrente à União, aos Estados e ao Distrito Federal para legislar sobre proteção ao meio ambiente e ao patrimônio cultural. Assim, a proteção da atividade das quebradeiras de coco, inserida na ideia de conhecimento tradicional, deverá ser tutelada pela União e pelos Estados, o que pressupõe a proteção do meio ambiente como requisito para a efetiva tutela do bem principal, pois não se protegendo a árvore, não haverá como exercer a atividade (ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, p. 148-149).

⁴ As quebradeiras de coco babaçu se definem como comunidade tradicional, ajustando-se aos termos da Convenção da Diversidade Biológica assinada na Conferência Rio-92, com conceito expresso no art. 7º, III, da MP n. 2.186-16/01: “comunidade local: grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas”. (OLIVEIRA, 2011, P. 2).

O direito das comunidades extratoras do coco babaçu está intimamente ligado à preservação de sua cultura e de sua organização social. “Então quando o Poder Público passa a titular essas terras, deve fazer de forma com que sejam respeitadas as formas próprias que o grupo utiliza para ocupar aquele pedaço de chão. Para que os modos de vida dessas comunidades sejam preservados, protegidos e respeitados é preciso garantir a propriedade de um imóvel cujo tamanho e características permitam a sua reprodução física, cultural, *etc* (OLIVEIRA, 2011).

A atividade das quebradeiras de coco não representa uma modalidade de trabalho, mas sim um elemento componente da cultura de um povo. As comunidades tradicionais mantêm viva a prática extrativista, que além de representar um elemento de forte expressão cultural, representa um meio de garantia de sua reprodução social. A proteção conferida pelo Estado tem como escopo garantir direitos que são assegurados constitucionalmente e, além disso, dar possibilidades de se manter vivas as tradições dos povos que as cultivam.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leis Municipais, Estaduais, Federais e a própria Constituição Federal. Todas protegem ou deveriam proteger as quebradeiras de coco e as palmeiras de Babaçu, mas não é o que acontece de fato, pois essas trabalhadoras continuam sofrendo ameaças e humilhações constantes.

No mês de luta e combate à violência contra a mulher, a coordenadora geral do Movimento Interestadual das Quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins (MIQCB), Francisca Nascimento, sofreu uma tentativa de homicídio no município de São João do Arraial, no Piauí. O Movimento está tomando as providências cabíveis para garantir a integridade física e psicológica da coordenadora, além de buscar as vias legais para a condenação do agressor (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2019)

Muitas das quebradeiras de coco não têm a instrução necessária para formular projetos de Lei em seu favor, às vezes mal sabem escrever seus nomes de batismo, elas conquistaram tudo com muita luta. Então por que buscam justamente nas Leis o reconhecimento de seus direitos? Mesmo os mais básicos. Por que acreditar tanto na justiça? O que as levou a isso? Esperança, fé, confiança na política e o intenso debate com as autoridades públicas dão motivos para tanto se crer que algum dia essas Leis serão respeitadas.

Violência no campo e no lar, direitos negados em todas as áreas. Humanos, trabalhistas, à educação, moradia digna, todos eles. Como superar tudo isso, sobreviver, alimentar a si própria, aos filhos e ainda educá-los? Unidas! Se superando dia a dia, vencendo obstáculos que para muitos parecem intransponíveis. Elas mostraram e continuam mostrando que não, não há barreiras quando os sonhos e a certeza na força do seu trabalho são maiores que qualquer impedimento.

As quebradeiras de coco Babaçu do Maranhão são a maior prova de que a vida em comunidade e que o esforço em conjunto são a melhor saída para a emancipação política e social de qualquer pessoa. Certezas não existem, só a do suor diário, que encharca as roupas e pinga na terra, terra seca, mas rica, porque aquelas que trabalham nela sabem que ela precisa desse “suor sagrado”, como diria Renato Russo. Para continuar dando frutos e demonstrar de uma vez por todas quem merece estar ali e quem de fato é a dona da terra.

As quebradeiras de coco babaçu! Com suas canções próprias, modos próprios, falas próprias, elas seguem de cabeça erguida, lutando intensamente contra tudo e todos que ousam duvidar de suas capacidades como mulheres, trabalhadoras e vencedoras na vida.

7 REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, L. L. F. **As Leis do Babaçu Livre e o Desenvolvimento Econômico:** uma análise do conflito de interesses nas disputas socioambientais das regiões urbanas do Maranhão. *Revista de Políticas Públicas (UFMA)*, 2010. v. 1, p. 305-312.

AMARAL NETO, Roberval. **A questão fundiária no Maranhão** - Implicações e desdobramentos da “Lei Sarney de Terras” na década de 1970. XXIX Simpósio Nacional de História, 2017. Disponível em: <http://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491152606_ARQUIVO_AQuestaoFundiarianoMaranhao.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2019.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger; DMITRUK, Erika Juliana; CUNHA MOURA, João Carlos. *A lei do babaçu livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão*. Florianópolis, 2014, p. 148-149.

AYRES JÚNIOR, José Costa. **A Organização das Quebradeiras de Coco Babaçu e a Refuncionalização de um Espaço Regional na Microrregião do Médio Mearim Maranhense** - Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2007, p. 103.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

BRASIL. Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 dez. 2001.

CASTRO, Virgínia Ferreira da Silva. OIT e **Quebradeiras de Coco Babaçu** - Discussões acerca do envolvimento de crianças e jovens em atividades produtivas. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/aa/301>>. Acesso em: 12 jan. 2019

CORDEIRO, Renata dos Reis. **Velhos conflitos em novas causas: um estudo sobre processos de ambientalização dos discursos do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu no Maranhão**. 114f. Dissertação apresentada no programa de mestrado da UFMA. Centro de Ciências Humanas. 2008, p. 94

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Massacres no Campo. 2018. Disponível em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/12-noticias/conflitos/4269-coordenadora-geral-das-quebradeiras-de-coco-babacu-sofre-tentativa-de-homicidio-no-piaui>>. Acesso em: 29 mai. 2019

CRISTIANE PASSOS, **Comissão Pastoral da Terra – Massacres no Campo. Do coco babaçu à emancipação:** o poder das quebradeiras do Maranhão, publicada em 08/08/2018 em: <<https://cptnacional.org.br/publicacoes/2/destaque/4439-do-coco-babacu-a-emancipacao-o-poder-das-quebradeiras-do-maranhao>>. Acesso em: 23 fev. 2019

GLOBO RURAL. **Quebradeiras de coco vivem da exploração do babaçu no MA.** Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2019/01/13/quebradeiras-de-coco-vivem-da-exploracao-do-babacu-no-ma.ghml>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

JORNAL DO BRASIL, 1993, p. 5. **Biblioteca Digital do Senado.** <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/441315>>. Acesso em: 11 mar. 2019

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2016.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/quadros/brasil/2016>>. Acesso em: 20 jun. 2019

INSTITUTO SOCIEDADE PROTEÇÃO E NATUREZA – ISPN. **O dia em que o Quilombo voltou a ser terra de todos.** 2018. Disponível em: <<https://ispn.org.br/o-dia-em-que-o-quilombo-voltou-a-ser-terra-de-todos/>>. Acesso em: 28 fev. 2019.

MARANHÃO. Lei Estadual nº Lei nº 4734 de 18 de junho de 1986. Dispõe sobre: **Proíbe a derrubada de palmeira de babaçu e dá outras providências.** Palácio do Governo do Estado do Maranhã, em São Luís, 18 DE junho de 1986, 165ª da Independência e 98ª da República.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 005/97. **Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a tornar a atividade extrativista do Babaçu uma atividade livre no município e dá outras providências.** Lago do Junco Estado do Maranhão, gabinete do Prefeito Municipal em 22 de agosto de 1997.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 32/99. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de Lago dos Rodrigues Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de Lago dos Rodrigues, Estado do Maranhão, em 03 de setembro de 1999.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 255/99. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de Esperantinópolis Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de Esperantinópolis, Estado do Maranhão, em 13 de dezembro de 1999.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 1.137/2001. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de Pedreiras Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de Pedreiras, Estado do Maranhão, em 27 de junho de 2001.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 01/2002. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de Lago do Junco Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de Lago do Junco, Estado do Maranhão, em 14 de junho de 2002.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 319/2001. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de São Luís Gonzaga Estado do Maranhão e**

dá outras providências. Gabinete do Prefeito Municipal de São Luís Gonzaga, Estado do Maranhão, em 14 de setembro de 2001.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 1.084/2003. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de Imperatriz Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 04 de novembro de 2003.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 052/2005. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de São José dos Basílios Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de São José dos Basílios, Estado do Maranhão, em 20 de junho de 2005.

MARANHÃO. Lei Municipal Nº 122/2005. **Dispõe sobre proibição de derrubada de palmeira de Babaçu no Município de Cidelândia Estado do Maranhão e dá outras providências.** Gabinete do Prefeito Municipal de Cidelândia, Estado do Maranhão, em 16 de setembro de 2005.

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU - MI-QCB. **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.miqcb.org/quem-somos>>. Acesso em: 5 mar. 2019

O ECO. **O que são terras devolutas.** Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

OLIVEIRA, Fernando José Viana. **As Quebradeiras de Coco babaçu e a Lei do Coco Livre.** 2011, p. 2. Disponível em: <<file:///C:/Users/NEAB/Downloads/Artigo%20434.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2019

OLIVEIRA, Fernando José Vianna. **As Quebradeiras de Coco babaçu e a Lei do Coco Livre** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 26 set 2019. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/24798/as-quebradeiras-de-coco-babacu-e-a-lei-do-coco-livre>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO [OIT]. **Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes** [Convenção 169]. 27 jun. 1989. Disponível em: <<http://www.ilo.org/ilolex/cgi-lex/convds.pl?C169>>. Acesso em: 02 set. 2019.

PORTELA, Raiama Lima; NORONHA, Raquel Gomes; PERPÉTUO, Nayara Chaves Ferreira; ARAÚJO, Railde Paula Diniz; SANTOS, Ana Áurea Batista de Medeiros. 12º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento de Design – “**O conhecimento tem que ser repartido!**” **Notas sobre identidade cultural, desenvolvimento de produtos e artesanato entre designers e um grupo extrativista de coco babaçu.** Belo Horizonte – MG, 2016, p. 5615

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Leis do babaçu livre**: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006, p. 15.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. **Quebradeiras de Coco**: “Babaçu Livre” e Reservas Extrativistas. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/920/584>>. Acesso em: 13 abr. 2019